



Câmara Municipal

Ata n.º 09/2025

ATA DA NONA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA, REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E CINCO / NONAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO DE CÂMARA DO MANDATO 2021/2025.

Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, pelas quinze horas, na sala de reuniões do Edifício Alexandre Herculano, reuniu a Câmara Municipal de Évora.

Estiveram presentes:

Presidente: Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá
Vereadores: Bárbara Cristina Lopes Morais da Cruz Tita
Henrique Eva Ferreira Carvalho Sim-Sim
Alexandre Manuel Rosa Varela
Lurdes Judite Dionísio Pratas Nico
Florabela da Luz Descalço Fernandes
Patrícia José Correia Raposinho.

A reunião foi presidida por Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara Municipal de Évora, e secretariada por Elisabete Matos Neves, Coordenadora de Unidade de Administração Geral.

I – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Ao iniciar a reunião o **senhor Presidente** cumprimentou os senhores Vereadores, funcionários e público presente.

De seguida, perguntou se havia alguma questão sobre a Ordem do Dia, tendo solicitado que o ponto 2.3 passasse para a próxima reunião, o que mereceu a concordância de todos os Eleitos.

- A). Proposta de aprovação da ata número 23 de 30/10/2024. Retirada a pedido do senhor Presidente.**
- B). Voto de Pesar pelo Falecimento do Papa Francisco.**

O **senhor Presidente** recordou que, em nome da Câmara Municipal, emitiu um comunicado a propósito do falecimento do Papa Francisco, considerando fundamental que o Município manifestasse o seu pesar pela perda de uma figura que influenciou, de forma muito positiva, não apenas a Igreja, mas também o mundo.

- C). Comemorações do 51º aniversário do 25 de Abril.**

O **senhor Presidente** deixou uma nota sobre as comemorações do 51.º aniversário do 25 de Abril, destacando a forte adesão popular em Évora, com a Praça do Giraldo cheia para o concerto de Paulo de Carvalho. Referiu também o projeto “Vozes de Abril”, que decorreu no próprio dia 25,

envolvendo mais de uma centena de cidadãos que, não sendo profissionais, gostam de cantar e apresentaram um espetáculo de grande qualidade, acompanhados pela Orquestra do Alentejo. Sublinhou que, apesar da noite fria, o evento foi um sucesso. Fez ainda referência à riqueza e extensão do programa comemorativo, mencionando que, à entrada da reunião de Câmara, teve lugar mais um momento inserido nessas comemorações, com as “Vozes de Abril” espalhadas pela cidade e pelas freguesias, em pequenos concertos dinamizados por grupos das instituições locais.

D). ARS | Alteração ao Protocolo aprovado em reunião de Câmara.

O senhor Presidente informou que foi contactado pela senhora vogal da ARS com o objetivo de articular as diligências necessárias para a assinatura da alteração ao protocolo aprovado na última reunião de Câmara. Indicou que, no final da reunião, teria de abordar uma questão com os restantes membros do Executivo, a fim de se encontrar um entendimento comum. Acrescentou que está a ser coordenada com o Governo, nomeadamente com a senhora Secretária de Estado da Gestão da Saúde, a formalização da assinatura do referido protocolo, que envolverá também a CCDR. Informou, ainda, que essa entidade já concedeu a sua aprovação, relativamente a esta matéria, na passada segunda-feira. Concluiu referindo que, uma vez cumpridas todas as formalidades, estarão reunidas as condições para a assinatura do protocolo.

E). Rede Viária.

O senhor Presidente deixou uma nota relativamente às intervenções na rede viária, referindo que, com o tempo seco que se fez sentir, foi possível avançar com um conjunto de empreitadas e trabalhos por administração direta para a reparação e manutenção de vias degradadas. Reconheceu que ainda não é possível intervir em todo o território, mas sublinhou que já foi possível atuar em alguns dos locais mais críticos, nomeadamente aqueles com maior tráfego e frequência. Assinalou, no entanto, que, com o regresso da chuva, provavelmente, será necessário interromper temporariamente esses trabalhos.

F). Évora 2027 | Tomada de posse dos Diretores Artístico e Executivo.

O senhor Presidente informou que, no âmbito do Évora 2027, já teve lugar a cerimónia de tomada de posse dos diretores executivo e artístico, selecionados através de concurso internacional e propostos à Assembleia Geral da Associação, por dois júris designados pela própria Assembleia. A Assembleia Geral aprovou, por unanimidade, essas propostas, pelo que os diretores já se encontram em desempenho de funções, completando assim a direção da Associação. No entanto, salientou que os órgãos sociais ainda não estão totalmente constituídos, estando pendente a contratação do Fiscal Único que será um Revisor Oficial de Contas e a nomeação do Conselho Regional de Cultura, conselho consultivo da Associação, cuja constituição espera que possa acontecer nas próximas semanas. Apesar disso, esta situação permite que o órgão mais operacional da Associação já esteja a funcionar plenamente.

G). Festival de Ciência promovido pela Universidade de Évora.

O senhor Presidente referenciou o Festival de Ciência da Escola de Ciência e Tecnologia da Universidade de Évora, que teve lugar no dia anterior. Considerou tratar-se de uma iniciativa que tem contribuído de forma positiva para estreitar a relação entre a academia, as escolas e a população em geral. Sublinhou que, embora o principal objetivo seja atrair alunos para a universidade, o festival tem também o mérito de aproximar os mais jovens da ciência, desmistificando alguns conceitos e dando a conhecer a diversidade da oferta formativa da Universidade, muitas vezes pouco reconhecida.

Deixou, ainda, uma nota positiva, informando que, conforme lhe foi confirmado pela senhora Reitora, será aberto, no próximo ano letivo, o curso de Engenharia Aeroespacial, uma ambição antiga que tem vindo a ser trabalhada e que representa uma boa notícia, não só para a Universidade, mas também para a cidade de Évora e para o Cluster Aeronáutico da região.

H). 1º de Maio | Dia do Trabalhador.

O senhor Presidente fez uma referência ao 1.º de Maio, Dia do Trabalhador, deixando uma saudação, em primeiro lugar, a todos os trabalhadores do Município e, de seguida, a todos os trabalhadores em geral. Sublinhou que esta data é, simultaneamente, um momento de comemoração e de afirmação dos direitos dos trabalhadores, bem como de luta por melhores condições de trabalho e de vida. Reforçou, assim, a sua saudação aos trabalhadores do Município, aos trabalhadores de Évora e a todos os trabalhadores portugueses.

I). Saudações da CDU.

O senhor Vereador Alexandre Varela começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Dando continuidade, o senhor Vereador Alexandre Varela, em nome dos eleitos da CDU, apresentou os seguintes Votos de Saudação:

Saudação à Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano, ao Grupo Desportivo de São Manços, ao Grupo Desportivo e Cultural da Tourega, ao Rancho Folclórico Flor do Alto Alentejo e à Sociedade Recreativa e Dramática Eborensis

Reflexo da riqueza e diversidade do movimento associativo, desportivo e social Eborensis, os eleitos da CDU na Câmara Municipal de Évora endereçam uma saudação a várias entidades pelo seu aniversário, nomeadamente, à Escola de Saúde e Desenvolvimento Humano da Universidade de Évora (4º Aniversário), ao Grupo Desportivo de São Manços (43º Aniversário), ao Grupo Desportivo e Cultural da Tourega (44º Aniversário), ao Rancho Folclórico Flor do Alto Alentejo (44º Aniversário) e à Sociedade Recreativa e Dramática Eborensis (131º Aniversário). Obrigado, Évora muito vos deve!

Os votos apresentados foram aprovados por unanimidade.

J). Vereadora Lurdes Nico / Vários Assuntos.

A senhora Vereadora Lurdes Nico cumprimentou o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Seguidamente, mencionou a iniciativa que teve lugar à entrada do Edifício Alexandre Herculano, nomeadamente os miniconcertos das Vozes de Abril, dinamizados em diversos locais da cidade. Saudou a iniciativa e registou, em particular, a atuação das Cantadeiras da ARPIFSS, enquadrada nas comemorações do 25 de Abril, ao longo do mês.

Ainda no âmbito da valorização cultural e educativa, referiu a sua participação, enquanto cidadã, numa atividade promovida pela Câmara Municipal – “Sábados no Alto” – realizada no Alto de São Bento. Afirmou ter participado acompanhada pelos seus sobrinhos, de quatro e oito anos, respetivamente, e sublinhou a excelência da atividade, deixando um agradecimento à Divisão de Educação e Intervenção Social e, em especial, aos técnicos superiores Dr. Francisco Bilou, Dra.

Emília Cristiano e Dr. João Martins, que dinamizaram a sessão. Destacou a qualidade da reportagem realizada pela equipa de comunicação da Câmara e recomendou a visita ao núcleo museológico do Alto de São Bento, elogiando o projeto educativo ali desenvolvido. Informou que a próxima sessão deverá ocorrer no final de maio e manifestou intenção de voltar a participar. Sublinhou, ainda, a importância de valorizar o espaço envolvente, sugerindo, para o futuro, melhorias ao nível do acolhimento, nomeadamente estacionamento, instalações sanitárias e ampliação do espaço interior, dada a elevada afluência. Referiu que, apesar de estarem inscritos 25 participantes, estiveram presentes cerca de 40, sem que ninguém fosse impedido de participar.

No que respeita à Capital Europeia da Cultura, referiu a cerimónia de tomada de posse dos dois diretores que completam a direção da Associação – o diretor executivo e o diretor artístico – na qual estiveram presentes as Vereadoras do Partido Socialista, que saudaram os novos dirigentes e lhes desejaram bom trabalho. Informou que, na Assembleia Municipal realizada no dia anterior, a Presidente da Direção da Associação apresentou o ponto de situação dos trabalhos e respondeu a algumas questões colocadas. Mencionou estar prevista, para breve, a entrega do segundo relatório de monitorização e recordou que, aquando da última reunião da Câmara, ainda não havia acesso a esse documento. Solicitou que, logo que o relatório esteja disponível, seja facultado aos membros do Executivo e sugeriu o agendamento de uma reunião para análise e discussão do seu conteúdo, sublinhando que o conhecimento do relatório permitirá um diálogo mais aprofundado e informado.

Por fim, questionou o senhor Presidente sobre a forma de acesso, por parte dos Vereadores, às atas das reuniões da Assembleia Geral da Associação Évora 2027, uma vez que preside a esse órgão, enquanto Presidente da Câmara Municipal.

Relativamente à questão da habitação, referiu que, na última reunião, o senhor Presidente havia mencionado estar em curso o processo de reabilitação de 64 fogos no Bairro General Humberto Delgado, contratualizado com o IHRU, no âmbito do Plano Local de Habitação (PLH), integrado nos 63 milhões de euros candidatados. Recordou que, ontem, na Assembleia Municipal, o senhor Presidente indicou que, dos 63 milhões, apenas 10 milhões foram aprovados. Manifestou, assim, a importância dos Vereadores, em particular os do PS, conhecerem a taxa de execução do valor aprovado, salientando que existe uma diferença entre o valor candidatado, o valor aprovado e o efetivamente executado. Solicitou que, se possível, os serviços possam disponibilizar, durante o mês de maio, um ponto de situação sintetizado, pois, apesar de ouvirem várias informações, não dispõem de dados concretos e organizados.

No que concerne ao regulamento de apoio ao associativismo jovem, a **senhora Vereadora Lurdes Nico** recordou a aprovação do prazo de candidaturas, salientando que o prazo inicial era muito curto para as instituições poderem candidatar-se. Mencionou ter sido aprovado um alargamento do prazo, fixando o novo prazo para 30 de maio, pelo que solicitou que esta alteração fosse amplamente divulgada para garantir que as entidades interessadas tomassem conhecimento, destacando que a proposta teve origem na reivindicação de uma associação e foi apoiada por outras.

Quanto à gestão urbanística, questionou o ponto de situação relativamente ao processo número 1.16145, que foi retirado por se ter verificado um erro dos serviços, pelo que questiona se o mesmo será presente, novamente, a reunião. Solicitou, também, informação sobre o processo 1.15174, cujo requerente é a fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia do Bacelo e Senhora da Saúde, dos Álamos, relativo à aprovação dos projetos de água, esgotos e segurança contra incêndios, adiantando que o processo foi entregue na Câmara a 16 de maio de 2024, tendo já decorrido cerca de um ano, pelo que gostaria de saber o estado atual.

Finalmente, relativamente ao processo da Avenida Rui Couto, que foi retirado para melhor fundamentação e ainda não foi apresentado em reunião pública, mencionou que já passou algum tempo, pelo que presume que o senhor Presidente tenha reunido algumas vezes com os promotores. Pediu, assim, que haja uma boa antecipação na sua apresentação, salientando que se trata de uma oportunidade para ampliar a oferta habitacional em Évora, o que é relevante.

Por último, alertou para a necessidade de proceder à assinatura dos contratos interadministrativos com as juntas de freguesia, recordando que este tema foi, também, abordado na Assembleia Municipal do dia anterior. Destacou que existe um atraso na assinatura destes contratos, o que causa dificuldades às juntas de freguesia, e apelou a que se realizem esforços para que sejam assinados brevemente. Perguntou, ainda, se todos os contratos estão por assinar ou se alguns já foram formalizados.

O senhor Presidente esclareceu que tem vindo a fornecer, regularmente, informações relativas ao Plano Local de Habitação (PLH), inclusive com alguns números, mas reconheceu a validade do pedido efetuado. Realizou um ponto de situação global, indicando que o contrato total é de 63 milhões de euros, sendo que estão efetivamente candidatados 53 milhões e aprovados 10 milhões. Explicou que, desses 10 milhões, uma parte já está executada, outra está em execução e outra ainda está a iniciar execução, sendo que o caso do Bairro General Humberto Delgado pertence a esta última fase. Informou sobre a dificuldade em apurar a taxa exata de execução porque, além dos processos diretamente da Câmara, há vários que dizem respeito a particulares e famílias, que apesar do apoio municipal, têm o procedimento de tramitação e aprovação a cargo do IHRU, o que dificulta o controlo e o conhecimento exato do decorrer do processo e da execução. Comprometeu-se, assim, a contactar os serviços e o IHRU para tentar obter essa informação mais detalhada e relevante.

Quanto ao associativismo jovem, confirmou que, atendendo a pedidos, foi emitido um despacho para alargar o prazo de candidaturas até 30 de maio, que deverá ser ratificado na próxima reunião de Câmara.

Sobre a gestão urbanística, reafirmou que foi encontrada e acordada uma solução que, por um lado, respeita o Plano de Urbanização em vigor e, por outro lado, permite construir habitação, mas manifestou desconhecer os detalhes do acordo técnico relativo à Avenida Rui Couto, e responsabilizou-se por esclarecer a situação, indicando que a ideia que tinha passava por uma alteração à proposta inicial de loteamento que, respeitando os normativos, possibilitasse a viabilização do projeto.

Relativamente aos contratos interadministrativos, informou que há contactos com as juntas de freguesia em curso, reconhecendo que alguns contratos podem conter cláusulas diferenciadas, mas que está a decorrer a cabimentação orçamental e que se espera a assinatura em breve. Contudo, referiu que o senhor Vereador Alexandre Varela poderá fornecer informação adicional sobre o estado atual.

No que respeita à Capital Europeia da Cultura, explicou que a responsabilidade do segundo relatório de monitorização é da Direção da Associação, que pediu contributos à Câmara, os quais já foram enviados. O relatório deverá ser concluído até ao final de maio, com a reunião do painel de especialistas prevista para meados de junho. Admitiu que, caso não haja impedimentos regulamentares, será possível organizar uma reunião para discussão após a conclusão do relatório, respondendo assim ao pedido realizado.

Sobre as atas das reuniões da Assembleia Geral da Associação, referiu que, infelizmente, ainda não estão todas completas, sendo que, até ao momento, apenas existem minutas e gravações para garantir a preservação da informação. Admitiu não saber exatamente quais já estarão públicas, mas comprometeu-se a averiguar essa questão. Explicou que, sendo uma instituição com uma mesa constituída por um presidente e dois secretários, cabe a um dos secretários a responsabilidade das atas, frisando a necessidade de rigor e sugerindo que a operacionalização da redação das atas possa ser assumida pela própria Direção da Associação ou pela Câmara, à semelhança do que acontece nas reuniões da Câmara Municipal.

Por fim, deixou uma nota positiva sobre o projeto educativo municipal do Alto de São Bento, que está a funcionar muito bem e tem beneficiado de investimentos significativos, nomeadamente na equipa técnica e na reabilitação do Moinho, bem como de outros espaços. Destacou a importância deste projeto da Câmara Municipal, nomeadamente nas áreas educativas, de valorização do património edificado e natural, que tem tido uma adesão crescente e é muito valorizado por quem participa, referindo, ainda, que existem iniciativas semelhantes no Palácio de D. Manuel e na Ludoteca, que atraem até pessoas de fora do Concelho.

K). Vereador Henrique Sim-Sim/ Vários Assuntos.

O senhor Vereador Henrique Sim-Sim começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Prosseguindo, saudou as cantadeiras que os acolheram à chegada ao Município, felicitando tanto o projeto como as senhoras que estiveram a cantar naquele momento, considerando-o muito bonito.

Manifestou, depois, o seu lamento pelo facto de não ter sido possível encontrar uma data alternativa para a realização da Assembleia Municipal Jovem, que decorreu em simultâneo com a reunião de Câmara. Considerou que teria sido importante ajustar as agendas para permitir a presença dos senhores Vereadores na Assembleia Municipal Jovem, reforçando a relevância desta participação cívica e política para os jovens e para a construção da sociedade. Recordou que este problema já tinha acontecido anteriormente, sublinhando a importância de, numa eventual terceira edição, haver uma melhor articulação entre os Presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal para desencontrar as datas e permitir a presença de todos.

Noutro contexto, solicitou um relatório sobre o apagão ocorrido na segunda-feira, manifestando interesse em conhecer as dificuldades enfrentadas, as ações que correram bem, as que correram menos bem e as propostas de melhoria para situações futuras. Referiu-se à importância deste relatório especialmente porque, segundo o próprio Presidente da Câmara, a situação colocou em causa o fornecimento de água à cidade, algo que já tinha alertado anteriormente, defendendo a necessidade de redundância no abastecimento, nomeadamente através do aproveitamento das nascentes e albufeira do Divor.

Relativamente à Associação Évora 27, pediu que os municípes tivessem acesso à gravação da reunião da Assembleia Municipal de Évora, ocorrida na noite anterior, onde foram facultados vários esclarecimentos importantes sobre a equipa, modelo de financiamento, execução do Bid Book e dificuldades encontradas. Referiu que ficou por esclarecer o futuro do pavilhão multiusos, nomeadamente se o projeto será executado e qual o seu formato, reforçando que a questão do contributo financeiro do Município continua por definir. Reforçou que é essencial que o senhor

Presidente da Câmara apresente uma proposta concreta para o valor do apoio a atribuir à Associação, de forma a que o processo avance com base num montante fixo.

Solicitou, ainda, um ponto de situação sobre vários planos estratégicos que permanecem por concluir, nomeadamente o Plano de Gestão do conjunto arqueológico dos Almendres, o Plano de Pormenor e Salvaguarda do Centro Histórico, o Plano de Emergência do Centro Histórico e o Plano Diretor Municipal de Évora, lembrando que havia uma proposta que ainda não foi submetida à reunião de Câmara. Pediu, também, um relatório atualizado sobre o plano de investimentos no aeródromo de Évora, considerando-o um ativo fundamental para o desenvolvimento territorial e assinalando a importância da ampliação do parque empresarial naquela área, sugerindo que a Divisão de Desenvolvimento Económico pudesse fornecer essa informação.

Sobre o programa de apoio ao associativismo juvenil, o senhor Vereador Henrique Sim-Sim expressou a sua surpresa e crítica pelo curto prazo dado para apresentação das candidaturas, que foi de apenas seis dias corridos, incluindo um fim de semana e um feriado nacional, algo que considerou impensável. Destacou que as associações aguardam este programa há um ano e que tal prazo limita muito a capacidade de preparação das candidaturas. Criticou, também, a falta de comunicação atempada e transparente relativamente à prorrogação do prazo, referindo que, até à reunião de Câmara, não havia qualquer comunicação oficial dessa prorrogação, nem no portal nem nos jornais do Município. Sublinhou que é essencial que a informação seja transmitida de forma clara e aberta a todas as associações inscritas no portal, incluindo as que já apresentaram candidaturas, para que possam melhorar as suas propostas. Concluiu que este problema deve ser corrigido para garantir maior justiça e transparência no processo.

Retomou o tema dos pagamentos em atraso aos clubes desportivos e à medida 3, reiterando o pedido de um ponto de situação que já vem a solicitar há vários meses. Reforçou que, tendo em conta o fecho de contas, já não existiam desculpas para a falta dessa informação, que considerava essencial para os Vereadores da oposição. Recordou que, no contacto por email, o senhor Presidente da Câmara reconheceu essa fase de fecho, pelo que insistiu que deveria partilhar com os Vereadores a listagem atualizada dos valores em dívida, sobretudo face às reclamações que recebe diretamente dos clubes, relativas a montantes, por vezes pequenos, que continuam por pagar.

Sobre a cedência do espaço do edifício do IPDJ ao Clube de Rugby, referiu que o Secretário de Estado e o Presidente do IPDJ confirmaram a autorização da cedência e pediu ao senhor Presidente da Câmara que diligenciasse o protocolo entre o Município e o clube, solicitando celeridade para a conclusão deste processo, mesmo que haja um pedido do clube para ampliar a área inicialmente prevista.

Prosseguiu referenciando duas questões delicadas, sendo que uma dizia respeito a informações recebidas sobre a alegada utilização de recursos municipais, nomeadamente uma viatura, para colocar propaganda eleitoral da CDU, incluindo o dia, a hora e o nome do funcionário envolvido, informação que prometeu enviar de forma privada ao senhor Presidente, para que fosse esclarecida e, se confirmada, conduzisse a um inquérito e eventual ação disciplinar, dado que não teria sido autorizado pelo Executivo ou pela chefia. Sobre os painéis de propaganda política, congratulou a substituição já efetuada, que agora traz mobilidade verde e outras informações autárquicas.

Referiu, ainda, a existência de um convite ao Município, efetuado pela P28, para participar num projeto artístico outdoor envolvendo várias cidades, incluindo Évora, que ainda não teria recebido resposta, apesar de ser um projeto de elevada qualidade e sem custos para a autarquia, deixando o apelo para que se respondesse a esse convite.

No que se refere a pagamentos a fornecedores, informou que lhe foi reportado que um fornecedor não recebia desde julho de 2024, alegando também a falta de requisição atempada, situação que configuraria ilegalidade, pelo que pediu ao senhor Presidente que esclarecesse qual o tratamento que iria dar a esta situação.

Quanto a intervenções no espaço público, criticou a qualidade do asfaltamento realizado, especialmente na Avenida Engenheiro Eduardo Arantes de Oliveira, destacando que foram gastos cerca de 200 mil euros numa obra que considera de má qualidade, com buracos ainda visíveis e que não garante a segurança dos condutores, alertando para a possibilidade de deterioração rápida com as próximas chuvas.

Colocou questões sobre o estado da estrada de Santo Antonico, pedindo informação sobre eventuais intervenções efetuadas ou planeadas, e sobre a abertura de uma nova via para aceder a zonas comerciais, nomeadamente junto à Moviflor, sobre a qual referiu ter falado há cerca de 15 dias com o senhor Presidente, sem ainda ter sido obtida uma resposta concreta.

Indagou, também, sobre o procedimento relativo à tirada de cortiça no complexo do Alto dos Cucos, questionando se há edital ou outro procedimento para essa gestão.

Para finalizar, questionou sobre o estado dos critérios e normas para a instalação de parques fotovoltaicos e, relativamente ao orçamento previsional para a Feira de São João, pretende saber qual o valor de investimento previsto.

O senhor Presidente respondeu de forma sintética ao vasto conjunto de questões apresentadas, começando pela Assembleia Municipal Jovem, explicando que a marcação da reunião é da responsabilidade do senhor Presidente da Assembleia Municipal. Referiu que as reuniões de Câmara estavam calendarizadas desde dezembro do ano anterior e que, quando o senhor Presidente da Assembleia Municipal constatou a sobreposição da Assembleia Municipal Jovem com uma reunião de Câmara, contactou-o para tentar resolver a situação, contudo, não foi possível alterar a reunião de Câmara. Garantiu que o Município tem apoiado esta iniciativa, estando sempre presente ou fazendo-se representar.

Relativamente ao apagão, explicou que foi convocado um grupo de emergência interna para avaliar as situações mais sensíveis, destacando as preocupações com o hospital, lares com abastecimento de oxigénio e o sistema de água, nomeadamente a ausência de gerador na Estação de Captação e Tratamento de Água do Monte Novo, da responsabilidade da empresa Águas do Vale do Tejo, que dificulta o bombeamento da água para os depósitos. Referiu que esta situação já tinha sido alertada durante a pandemia de COVID-19 e que o Município tem vindo a reabilitar o aqueduto da Água de Prata, para garantir algum abastecimento alternativo, assim como a monitorização das freguesias mais críticas, como a Graça do Divor e a Torre de Coelheiros. Destacou que, apesar da gravidade, no Concelho não houve falta de água.

No que respeita aos lares, foram criadas cinco brigadas conjuntas com a Segurança Social para avaliação das necessidades e disponibilidade de combustíveis, e foi efetuada a avaliação dos pontos críticos, com preparação de medidas alternativas, caso fossem necessárias. Referiu, também, a dificuldade na obtenção de informações precisas da Proteção Civil Nacional e destacou a resposta empenhada da E-Redes, que indicou uma janela de seis a setenta e duas horas para reposição da energia, que é uma janela demasiado larga para se poder atuar. Na Câmara, os geradores funcionaram adequadamente, garantindo o funcionamento da componente informática

e outras necessidades básicas, como o carregamento de telemóveis, tendo sido identificadas lições e medidas para o futuro.

Sobre Évora 2027, afirmou que, apesar de alguns momentos de discussão menos agradáveis na Assembleia Municipal, não existem dúvidas quanto ao compromisso em relação aos 10 milhões de euros de comparticipação da Câmara. Para além do processo e da documentação ser clara, os próprios estatutos da Associação incluem a possibilidade da comparticipação em espécie, é óbvio que todo o apoio do Município em instalações, nomeadamente, as culturais, em equipamentos, em equipas técnicas, em comunicação, em pessoal, entre outros, tem de ser contabilizado no âmbito daquele apoio global. Não tem sentido que o Município tenha suportado já custos de dois milhões de euros e venha a suportar outros milhões de euros e que estes valores não fossem considerados na comparticipação do Município. Referiu que está a decorrer a negociação com a direção da Associação para o planeamento destas matérias. Quanto ao pavilhão multiusos, explicou que a dimensão atual foi definida após consultas e que um aumento implicaria custos e exigências adicionais. Informou estar a ser estudada a possibilidade de incluir uma valia adicional de uma sala que funcione como auditório para concertos e cultura, o que implicaria equipamentos adicionais, mas não alterações estruturais significativas.

Por fim, manifestou o seu desagrado por não ter sido ouvido pelo grupo de trabalho criado pela Assembleia Municipal, para avaliar as questões relacionadas com Évora 2027, apesar de ter enviado carta em janeiro a oferecer o seu contributo. Salientou que, ao ignorar o Presidente da Câmara que liderou a candidatura vencedora a Capital Europeia de Cultura em 2027 e o processo seguinte até ao funcionamento da Associação, o relatório do grupo de trabalho não reflete uma componente determinante de todo o processo, não inclui nem as posições nem as informações da Câmara, pelo que considera importante a realização dessa audição para clarificar questões que não podem ser ignoradas nem apagadas e que são fundamentais para o futuro de Évora 2027.

A senhora Vereadora Lurdes Nico referiu a necessidade de formalizar um protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação Évora 2027, sublinhando que esta questão já tinha sido abordada numa reunião realizada a 23 de dezembro, altura em que a direção da Associação ainda não estava totalmente constituída. Recordou que foi uma das pessoas que propôs a celebração deste protocolo, ideia que contou com a concordância da Dra. Maria do Céu. Salientou que esse protocolo protegeria todas as partes envolvidas, definindo claramente os direitos e deveres de cada uma.

Enfatizou que já passaram vários meses, desde essa reunião inicial, e que, perante o valor significativo em causa — cerca de 10,5 milhões de euros —, estaria na altura de o senhor Presidente da Câmara apresentar uma proposta de protocolo para ser trabalhada e articulada, podendo ser, idealmente, discutida numa próxima reunião com a Associação. Referiu que seria importante que esse documento clarificasse, de forma transparente, o apoio financeiro, detalhando o que já foi gasto ou investido pela Câmara, com o objetivo de definir claramente os montantes num valor global de 10,5 milhões de euros.

O senhor Presidente explicou que a reunião da Assembleia Municipal havia evidenciado claramente as dificuldades nas negociações com a Associação Évora 2027, especialmente relacionadas com o financiamento. Clarificou que uma parte fundamental do financiamento da Câmara, que deveria ter vindo da ITI Cultura — programa desenvolvido em conjunto com as Câmaras de Braga, Aveiro e Faro —, conforme previamente acordado com o senhor Ministro da Cultura e com a senhora Ministra da Coesão Territorial do governo PS, acabou por não se concretizar como previsto. Apesar de o plano de financiamento ter solicitado entre cinco a seis milhões de euros, só foi disponibilizado cerca de um milhão e trezentos mil euros, dos quais um milhão não podia ser utilizado na componente material, gerando, assim, dificuldades acrescidas.



Referiu que, enquanto a Associação não podia efetuar candidaturas, o Município assumiu essa responsabilidade, realizando-as e transferindo para a Associação os valores obtidos, como foi o caso da ITI, da qual só se conseguiu transferir cerca de 320 mil euros para o material, não sendo possível transferir o milhão restante devido a restrições regulamentares.

Adiantou que a proposta de um programa específico para a Capital Europeia da Cultura, no âmbito do PT 2030, que teria permitido evitar a concorrência com outros projetos, não foi concretizada, criando um obstáculo adicional. Deste modo, a Câmara ainda não recebeu a verba negociada e acordada com o anterior Governo, mais de 5 milhões de euros, e que seria transferida para a Associação, pelo que espera que o atual Governo, cumprindo os compromissos anteriores, resolva a questão, eventualmente com outras fontes de financiamento, pois as previstas inicialmente não se confirmaram.

Sobre os valores em espécie, explicou que estes resultam de custos que a Câmara já suportou até à entrada em funcionamento da Associação e mesmo depois disso e que somam já cerca de 2 milhões de euros e que estão devidamente documentados e conforme com o Bid Book de Évora 2027. Referiu que os custos em espécie a suportar no futuro são, por exemplo, trabalhadores municipais que possam vir a integrar a equipa da Associação, como outros integraram a Equipa de Missão, bem como custos com equipamentos, com instalações, com equipas técnicas e outros, que são contabilizados como parte do financiamento em espécie. Referiu que ainda não houve solicitação formal, por parte da Associação, para disponibilizar trabalhadores, mas que isso esteve previsto e negociado. Concluiu que, embora as negociações continuem e seja necessário evitar que a discussão passe para a praça pública, para não prejudicar o entendimento, acredita que se encontrarão soluções para que a Câmara cumpra os compromissos acordados, conforme previsto no Bid Book com que a Associação se comprometeu.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho manifestou ter ouvido com atenção as intervenções, colocando algumas questões específicas sobre o pavilhão multiusos, que considera um tema de grande interesse para os eborenses. Perguntou se este vai existir, em que data será construído e como será concretizado. Referiu que o projeto apresentado, até ao momento, é um estudo prévio, que não foi aceite para os financiamentos disponíveis até 2026, e que, aparentemente, a construção terá de ser adiada para o horizonte de 2030. Solicitou ao senhor Presidente um esclarecimento claro sobre quando e como a cidade poderá ter o tão desejado pavilhão multiusos.

O senhor Presidente respondeu que existe um compromisso do Governo anterior para o financiamento do pavilhão multiusos, que tem de ser cumprido. Explicou que o valor de 12 milhões de euros, inscrito no Bid Book, não foi colocado de forma arbitrária, pois a Câmara, isoladamente, teria muita dificuldade em suportar esse montante sem financiamento externo. Referiu que, apesar de o financiamento principal para a componente imaterial, 5 milhões de euros, estar previsto pela ITI Cultura, a componente disponibilizada acabou por ser muito inferior ao esperado, o que está a causar dificuldades acrescidas.

Acrescentou que foram realizadas candidaturas no âmbito da ITI, mas o valor aprovado ficou aquém do previsto, e que também não se concretizou a criação de um programa específico no PT 2030, que poderia assegurar o financiamento da Capital Europeia da Cultura, incluindo o pavilhão. Quanto ao projeto, explicou que a Câmara optou por um modelo de conceção-construção para garantir qualidade, iniciando primeiro um projeto de pré-qualificação, projeto essencial para que se possa lançar o concurso de conceção-construção para o Pavilhão Multiusos. Afirmou que o desenho do projeto está concluído, e que o passo seguinte é a elaboração do caderno de encargos para o concurso de conceção-construção.

Reiterou que, sem financiamento garantido, não é possível definir datas concretas para a construção, não sendo expectável que o pavilhão esteja concluído até 2027. Disse que tem mantido contactos regulares com os ministérios envolvidos, na tentativa de encontrar soluções para assegurar o financiamento, pelo que acredita que o compromisso será cumprido, embora o calendário dependa da obtenção desses recursos.

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho colocou três questões ao senhor Presidente. Em primeiro lugar, perguntou se os compromissos verbais assumidos, relativamente ao financiamento do pavilhão multiusos, ocorreram durante a vigência de um Governo de maioria absoluta ou durante o período da chamada “geringonça”. Em segundo lugar, questionou por que razão o Município não optou desde o início por um modelo de projeto de conceção-construção que estivesse, desde logo, apto a responder aos critérios dos apoios europeus em vigor. Em terceiro lugar, perguntou se o Governo anterior, que alegadamente assumiu os compromissos, especificou qual seria a via direta de financiamento – designadamente, se seria por fundos europeus ou por outra forma.

Concluiu a sua intervenção apelando para que o projeto do pavilhão multiusos seja operacionalizado o quanto antes, de forma prática e concreta, de modo a garantir que o Município, ainda, possa vir a beneficiar dos fundos do PT 2030, tendo em conta que, para 2027, está claro que o equipamento não estará concluído.

O senhor Presidente respondeu às questões colocadas pela senhora Vereadora Patrícia Raposinho, começando por sublinhar que a pergunta central continua a ser onde está o financiamento necessário para avançar com o projeto e o concurso de conceção-construção do pavilhão multiusos. Reforçou que, tecnicamente, seria possível lançar esse concurso no prazo de um mês, caso o financiamento estivesse assegurado.

Explicou que a opção pelo projeto de pré-qualificação visou garantir a qualidade da futura infraestrutura e que, caso o financiamento tivesse surgido mais cedo, o Município já estaria em condições de avançar. Esclareceu, ainda, que os compromissos em causa foram assumidos pelo Governo PS, em reuniões com os então Ministros da Cultura e da Coesão Territorial, que contaram com a presença de várias entidades, incluindo a CCDR Alentejo e o GEPAC.

Referiu que, embora não tenha sido explicitada qual seria a fonte concreta do financiamento, foi sempre afirmado que este seria garantido. Nunca foi excluída a possibilidade de recurso ao Orçamento do Estado, nomeadamente através de contratos-programa, como sucedeu noutros municípios, mas também não foi apresentado como solução concreta. Em contrapartida, nunca foi colocada a hipótese de financiamento através do PRR, nem pelo Governo anterior, nem pelo atual, uma vez que, à data, se considerava que o PRR não era aplicável a este tipo de investimentos. Concluiu reiterando que, até ao momento, a questão central permanece: a identificação da fonte de financiamento, que permita viabilizar o avanço do projeto.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes referiu que inicialmente não pretendia intervir sobre o tema, mas decidiu partilhar algumas considerações relativamente à sessão da Assembleia Municipal, realizada no dia anterior. Manifestou o desejo de que os eborenses tivessem a paciência de assistir a esse tipo de sessões, por considerar que ficaria claro, para quem o fizesse, o que é a verdadeira defesa dos interesses das obras em Évora e o que é, pelo contrário, a defesa de interesses partidários e políticos.

Sublinhou que, na sua opinião, essa diferença ficou absolutamente evidente durante a sessão, destacando pela positiva a postura do senhor Presidente da Mesa da Assembleia, do senhor Presidente da Câmara e da senhora Presidente da Direção da Associação envolvida, que procuraram manter uma atitude conciliadora.

Concluiu dizendo que, da sessão, retirou – ainda que tal não tenha constituído uma surpresa – a conclusão de que não existe financiamento garantido nem para o pavilhão multiusos, nem para o Centro Nacional de Dança Contemporânea.

Referiu que os 26 milhões de euros, agora reforçados, se destinam ao financiamento de algumas intervenções que já constavam do Bid Book, bem como de outras que, entretanto, foram acrescentadas. Nesse contexto, questionou se é possível, afinal, acrescentar ou retirar projetos do conjunto inicialmente previsto.

Colocou ainda dúvidas relativamente aos critérios de elegibilidade dos financiamentos, perguntando se todos os projetos que se candidatam ao PRR têm obrigatoriamente de apresentar maturidade, ou se essa exigência se aplica apenas ao PT 2030. Pediu, assim, esclarecimentos sobre o funcionamento concreto desses mecanismos.

O senhor Presidente esclareceu que o PRR possui um conjunto de regulamentos próprios que têm obrigatoriamente de ser respeitados. Referiu não saber se a atual reprogramação, recentemente aprovada em Bruxelas, implicou ou não alterações a esses regulamentos. Sublinhou que os requisitos das candidaturas ao PT 2030 são diferentes dos que se aplicam ao PRR. Acrescentou ainda que, conforme é público e tem sido transmitido, as obras financiadas pelo PRR têm de estar concluídas até agosto de 2026.

Referiu que o Plano de Gestão dos Almendres não tem registado grandes avanços, estando ainda a ser avaliadas algumas opções, sem decisões concretas. O ponto mais relevante em discussão prende-se com a eventual interdição do acesso automóvel à estrada dos Almendres, substituindo-o por um transporte público tipo vaivém a partir de Guadalupe. Considerou que esta solução, embora útil para controlo de acessos e preservação do espaço, implicaria custos que estão a ser ponderados.

Relativamente ao Plano de Salvaguarda do Centro Histórico, informou que teve lugar uma reunião, na semana anterior, com o responsável pelo plano e os serviços municipais, onde se analisou o trabalho já realizado e o que falta concluir. A reunião permitiu avanços significativos na articulação entre as partes. Destacou-se a distinção entre um Plano de Salvaguarda e um Plano de Gestão, sendo este último o que a UNESCO exige. Sublinhou que o contrato com o prestador de serviços se mantém em vigor e que estão a ser ultrapassadas divergências anteriormente identificadas entre este e os serviços do Município.

Quanto ao Plano de Emergência do Centro Histórico, comunicou que não avançou por decisão da Proteção Civil, por falta de elementos essenciais. Prometeu apresentar uma informação mais detalhada, sobre este tema, numa próxima reunião.

Sobre a alteração do PDM, adiantou esperar ter a versão final pronta na semana seguinte ao 1.º de Maio. Reiterou o compromisso de apresentar essa versão aos senhores Vereadores antes da sua submissão à reunião de Câmara.

Referiu que o Plano de Investimentos para o Aeródromo está a ser ajustado ao financiamento atribuído no âmbito da ITI da aeronáutica, que é inferior ao inicialmente previsto. Estão a ser avaliadas as prioridades, nomeadamente quanto à pista, ponderando-se entre o alargamento e prolongamento ou a manutenção com nova pavimentação.

Relativamente aos pagamentos em atraso aos clubes desportivos, assumiu a responsabilidade e reconheceu o volume de trabalho dos serviços. Confirmou que está por pagar a segunda tranche dos contratos-programa e uma parte substancial da medida 3, em particular ao Lusitano, Juventude,

Clube de Ténis e Aminata. Garantiu que os valores em causa correspondem a documentos entregues e validados.

Expressou, também, surpresa pela presença do senhor Vereador Henrique Sim-Sim numa visita do Secretário de Estado do Desporto ao Complexo Desportivo, uma vez que inicialmente não estava prevista essa deslocação. Revelou ter comunicado o seu desconforto ao governante, questionando a natureza da visita – se enquanto representante do Estado ou a título partidário – e reiterou que, tratando-se de uma visita oficial, o recebeu na Câmara conforme o protocolo.

No que toca ao Clube de Rugby de Évora (CRE), informou que, após muitos anos de indefinição, o IPDJ deliberou finalmente autorizar a cedência das instalações ao clube, com base na deliberação camarária previamente tomada. Indicou que as condições de cedência já tinham sido aprovadas pela Câmara e que, ultrapassada a necessidade de validação pelo IPDJ, será possível concretizar a entrega das instalações no prazo de uma a duas semanas.

O senhor Presidente mencionou desconhecer por completo a alegação de utilização de recursos do Município para fins de propaganda eleitoral, neste caso, alegadamente em benefício da CDU. Afirmou que, da parte dos eleitos pela CDU, uma situação dessas seria impensável e inaceitável. Garantiu que, caso existam dados concretos e convidou a que sejam apresentados, será aberto um inquérito caso os autores sejam desconhecidos, ou um processo disciplinar caso se saiba quem são. Acrescentou ainda que, se se comprovar que a acusação é falsa, também deverá haver consequências para quem lançou o boato.

Sobre um projeto artístico mencionado, afirmou não ter presente o caso nem saber se chegou algum convite ao Município. Admitiu que poderá ter passado despercebido entre os muitos documentos que despacha regularmente, mas garantiu que irá averiguar a situação.

Em relação a pagamentos a fornecedores, mencionou que, se se confirmar a ausência de requisição prévia para uma prestação de serviços, haverá dois erros a apurar: quem assumiu o compromisso, em nome do Município, e porque é que a empresa executou e faturou o serviço sem os devidos procedimentos. Considerou aceitável que isso ocorra apenas em situações de emergência ou excecionais e que, mesmo nesses casos, não deve tornar-se uma prática sistemática.

Quanto à rede viária, rejeitou a ideia de que estejam a ser realizadas intervenções de má qualidade, explicando que se trata de trabalhos de manutenção para colmatar deficiências no piso, e não de repavimentações completas, as quais teriam custos muito superiores. Sublinhou que se optou por intervir em mais locais, mesmo que com soluções menos profundas.

Sobre a zona comercial junto à rotunda de saída da cidade, reafirmou que não vê problema na criação de uma entrada a partir da estrada, uma vez que isso reduz o volume de trânsito na rotunda. No entanto, considera insegura a criação de uma nova saída diretamente para a rotunda, e por isso defende uma solução alternativa.

Relativamente à tirada de cortiça, informou que está a ser realizado um levantamento das áreas disponíveis e que será publicado um edital, como é habitual, para a contratação do serviço.

No que toca aos painéis fotovoltaicos, esclareceu que a DORU, sob coordenação do Arq.º Pedro Fogaça, está a preparar as normas que permitirão avançar com a regulamentação após a alteração do PDM. No entanto, alertou que as normas municipais nunca poderão contrariar a legislação nacional, que continuará a prevalecer.



Noutro contexto, garantiu que o orçamento da Feira de São João será igual ou inferior ao do ano anterior, mas reconheceu dificuldades causadas pelo aumento significativo de preços em algumas áreas específicas, como tendas e pavilhões, onde praticamente não há alternativas de fornecedores.

Sobre a estrada de Santo Antonico, admitiu que a intervenção recente foi insuficiente, limitada a tapa-buracos, e não abrangeu toda a via. Indicou ter pedido aos serviços uma intervenção mais abrangente, sobretudo na zona a seguir à saída das obras do novo hospital, cuja responsabilidade recai maioritariamente sobre o Município, embora esteja previsto que ali passe futuramente a rede de saneamento, o que implicará uma obra de maior envergadura. Defendeu que, até lá, é urgente garantir uma reparação mínima, para tornar a estrada transitável, concluindo que o estado atual da via é inaceitável.

L). Vereadora Florbela Fernandes / Vários Assuntos.

A senhora Vereadora Florbela Fernandes começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Seguidamente, referiu que a Rua da Farmácia dos Álamos continua sem iluminação, e que as pessoas questionam o motivo dessa situação, bem como qual é o ponto de situação da obra em São Manços e Garraia, pretendendo saber quando está prevista a entrada no terreno e como está a decorrer o processo.

O senhor Presidente explicou que, no caso de falta de iluminação numa rua inteira, provavelmente está relacionado com a rede, pelo que a responsabilidade será da E-Redes. Quando as falhas são pontuais, poderá estar relacionado com as luminárias. A Câmara reporta estas situações à E-Redes, que tem respondido, embora por vezes de forma lenta, com casos em que algumas zonas ficaram quase um mês sem luz, situação considerada inaceitável.

Quanto às obras em São Manços e Garraia, o empreiteiro já deveria ter começado, mas ainda não o fez, pelo que tentaram contactá-lo sem sucesso, sendo que o senhor Vereador Alexandre Varela está a acompanhar a situação para perceber o motivo do atraso. Garantiu, assim, que tudo está tratado e que as obras podem arrancar. Relativamente à Garraia, faltava apenas o Plano de Saúde e Segurança, que já está concluído, pelo que também se espera o início da obra dentro de poucos dias. Considera-se, ainda, a possibilidade de realizar uma pequena reunião com os moradores para explicar o que será realizado, a combinar com a associação local, mas do ponto de vista burocrático tudo está preparado para o início das obras.

M). Vereadora Bárbara Tita / Vários Assuntos.

A senhora Vereadora Bárbara Tita começou por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Prosseguindo, questionou sobre o apagão ocorrido na segunda-feira, manifestando interesse em conhecer o nível de atuação da Proteção Civil Municipal e a sua coordenação com a Proteção Civil a nível nacional. Solicitou esclarecimentos sobre os procedimentos de comunicação, quer a nível nacional quer a nível local, nomeadamente se houve comunicação entre a Câmara e as Juntas de Freguesia. Referiu que houve um problema grave no sistema de comunicação, que afetou telemóveis, internet e outras redes, resultado não só da falta de redundância, mas também de excesso de tráfego. Assinalou que o mais grave foi a ausência de comunicação atempada para tranquilizar a população, considerada uma obrigação governamental. Relatou que, por exemplo, as Juntas de Freguesia, ao início da tarde, ainda não tinham sido contactadas pela Proteção Civil.

Destacou a importância das redundâncias e questionou se houve contacto ou previsão de contacto com as rádios locais, defendendo que, apesar de arcaicas, são um meio eficaz e disponível para comunicação.

Criticou, ainda, a falta de avisos, orientações ou alertas no site da Câmara, que não continha qualquer informação sobre o apagão, mesmo antes de a internet ter sido afetada.

Alertou para a necessidade de se evitarem situações de alarmismo, reforçando que a comunicação deve estar bem preparada, com múltiplas redundâncias, e que todos devem saber as suas responsabilidades.

Abordou, ainda, a situação da iluminação pública, que ficou descontrolada após o apagão, com candeeiros ligados durante o dia e apagados à noite em diversas zonas. Considerou importante verificar e corrigir esta situação, já que, por exemplo, no dia anterior havia setores da cidade completamente às escuras, e hoje de manhã esses mesmos setores estavam iluminados.

Quanto à obra de São Manços, mencionou que parece ter sido abandonada antes de começar, pelo que solicitou esclarecimentos sobre o empreiteiro, sublinhando a importância de o responsabilizar.

Sobre as normas para instalações fotovoltaicas, reafirmou a disponibilidade para colaborar na elaboração das mesmas, pedindo apoio cartográfico dos serviços. Referiu, também, que tais normas podem ser aprovadas independentemente do Plano Diretor Municipal, citando que outros municípios têm seguido essa prática.

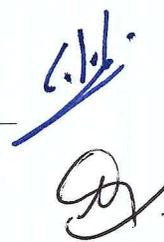
Solicitou um ponto de situação sobre os Bairros do Escurinho e do Moinho, sobre os loteamentos apresentados, e sobre a obra nas condutas da Malagueira, que considera urgentes devido ao risco de desabamentos. Quanto à reunião agendada para o dia 23 com o responsável pela classificação do Bairro da Malagueira, solicitou, também, um relatório sobre este assunto.

Reclamou, ainda, que o processo 1.18232, desbloqueado há cerca de dois meses e que envolve contactos com o proprietário/promotor relativamente a saneamento e redes, ainda não teve seguimento, pelo que solicitou uma atualização do seu estado.

Relativamente ao apagão, **o senhor Presidente** referiu que as comunicações habituais falharam, pelo que o sistema de rádio da Proteção Civil Municipal foi o principal meio utilizado para assegurar as comunicações durante o evento. Indicou que, sempre que as redes de telemóveis funcionaram, foram tomadas medidas para garantir o carregamento dos equipamentos essenciais. Lamentou a ausência de informação central, por parte do Governo, e a incerteza sobre as causas e a duração do apagão, tendo a única informação disponível sido a da E-Redes, com prazos muito amplos para a resolução.

Explicou que, embora tenha falado em redundâncias, o termo mais adequado seria “sistemas alternativos”, normalmente garantidos por geradores que asseguram o funcionamento das áreas críticas durante um determinado tempo, exemplificando com o abastecimento de água, cuja manutenção foi assegurada, embora existisse o risco de falha se a situação se prolongasse. Mencionou que foram ponderadas várias soluções, incluindo a utilização de carros de bombeiros para abastecimento, apesar das limitações destes meios.

Informou que esteve em contacto permanente com a Comandante Distrital da Proteção Civil, que manteve ligação com o Comando Nacional, onde existe um elemento com conhecimento da região, facilitando a comunicação. Referiu que, apesar do pedido, as rádios locais não funcionaram em vários casos, o que limitou o seu uso como meio de comunicação.



Quanto à iluminação pública, confirmou que é da responsabilidade da E-Redes, concessionária do serviço, que está a tentar controlar o desajuste verificado no sistema, com zonas apagadas e outras com iluminação anómala, situação que deverá ser corrigida.

Sobre as questões do Plano Local de Habitação, informou que os Bairros do Escurinho e do Moinho estão incluídos no pacote de 53 milhões de euros a aguardar financiamento, estando em curso o trabalho nos respetivos projetos. Referiu preocupações quanto ao financiamento das infraestruturas, relativamente ao Bairro do Escurinho, estando em análise com o IHRU quais as necessidades e coberturas.

Relativamente às condutas da Malagueira, explicou que reuniu com o responsável do projeto e que o levantamento técnico já identificou a necessidade de intervenções estruturais, sobretudo para salvaguardar as ferragens. Pediu que fossem sinalizadas as zonas que carecem de intervenção prioritária para assegurar uma resposta célere onde mais se justifique. Salientou que, durante anos, várias entidades e operadores, especialmente de telecomunicações, intervieram de forma descontrolada nas condutas, motivo pelo qual está a ser efetuado um levantamento rigoroso para resolver infiltrações e outras anomalias.

Mencionou ter sido solicitado um plano de gestão da conduta para garantir o controlo municipal sobre o seu acesso, com mecanismos que obriguem a autorização prévia e acompanhamento pela Câmara, permitindo também verificar as intervenções realizadas, para evitar violações indevidas. Espera ter resultados, em breve, que permitam iniciar intervenções estruturais, além das ações pontuais já realizadas.

N). Vereadora Patrícia Raposinho / Vários Assuntos.

A **senhora Vereadora Patrícia Raposinho** começou a sua intervenção por cumprimentar o senhor Presidente, os senhores Vereadores, funcionários, público presente e todos os Municípes que assistem à reunião.

Seguidamente, solicitou informações sobre o processo 1.11929, relacionado com os pavilhões agrícolas situados na saída de Évora, perto de São Manços. Referiu já ter solicitado esses dados em reuniões anteriores, mas ainda não recebeu qualquer resposta.

Requisitou, igualmente, os relatórios das AEC's, que permanecem por chegar aos membros da Assembleia.

O **senhor Presidente** disse que tinha memória de que já tinha dado alguma informação sobre o processo urbanístico referido, mas que irá fazer o ponto de situação.

II – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. –ASSUNTOS PROPOSTOS PELA PRESIDÊNCIA

PRESIDENTE DA CÂMARA

1.1.Informação Económica e Financeira do Município.

O **senhor Presidente** deu conhecimento, ao Executivo, dos pagamentos efetuados, no período de 10 a 24 de abril do corrente ano.

No período referido, foram efetuados pagamentos no valor de 749.738,97 € (líquido 749.738,97€), conforme lista no processo.

A Câmara tomou conhecimento.

2. –ADMINISTRAÇÃO GERAL E PESSOAL

2.1. Concurso Público para empreitada de reabilitação da Escola EB 2/3 Conde Vilalva | Candidatura ao Aviso nº 01/C06-i09/2023 no âmbito do investimento de recuperação e resiliência | Escolas Novas ou Renovadas | Revogação da decisão de contratar.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Revogação da decisão de contratar referente à empreitada de empreitada de reabilitação da Escola EB 2/3 Conde Vilalva — Évora | Candidatura ao aviso n.º 01/C06-/09/2023 no âmbito do investimento de recuperação e resiliência — Escolas novas ou renovadas.

Considerando que:

1. A empresa Sá Machado, Lda. apresentou uma carta de escusa e não tendo mais nenhuma empresa enviado proposta, o mesmo ficou deserto;

2. A Câmara Municipal é o órgão competente para a decisão de contratar nos termos do n. | do artigo 18.9 do DL. n. 2197/99 de 8 de junho, na redação atual, aplicável aos procedimentos de formação de contratos públicos, conjugado com a alínea f) do n. 21 do artigo 33º2 do Anexo 1 da Lei n. 275/2013 de 12 de setembro.

Propõe-se que a Câmara Municipal de Évora, delibere:

a) Revogação da decisão de contratar, nos termos da alínea a) do nº 1 do artº79º e nº 1 do art.º 80.º, ambos do CCP.

No processo: Projeto de decisão

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a revogação da decisão de contratar ao abrigo do concurso público e abrir procedimento por ajuste direto nas condições iguais às do concurso público.

2.2. Concurso Público para aquisição de pavilhões | stands expositores para projetos de Évora 2027, Capital Europeia da Cultura, nomeadamente Feiras do Livro e outros eventos.

Passa para a próxima reunião de Câmara

2.3. Atualização da Norma de Controlo Interno do Município de Évora.

Passa para a próxima reunião de Câmara

2.4. Acumulação de Funções Privadas | Ana Rita Rego Barrulas.

O senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo que, ao abrigo do nº 2, alínea a) do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou à trabalhadora Ana Rita Rego Barrulas, por seu despacho datado de 15/04/2025, a acumulação de funções privadas para “Aulas de Natação”, no “Papás e Bebés”, em que o horário será das 9,30h — 13,30h / 17,30h — 20h, de 2ª a 6ª feira, com remuneração mensal de 750€.

A presente acumulação foi deferida por um período de 1 ano. Findo esse prazo, a mesma ficará sem efeito. Qualquer alteração dos elementos constantes e subjacentes à autorização concedida, implicam novo pedido e nova avaliação.

A Câmara tomou conhecimento.

2.5.Acumulação de Funções Privadas | Paula Alexandre Agoga Pinto.

O senhor Presidente deu conhecimento ao Executivo que ao abrigo do nº 2, alínea a) do artº 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou à trabalhadora Paula Alexandre Agoga Pinto, por seu despacho datado de 08/04/2025, a acumulação de funções privadas para “Diversos, Festas, Eventos, cafetaria, limpezas, restauração, etc.”, em diferentes locais, em que o horário será ocasional, em horário pós-laboral/Fins de semana, férias, com remuneração mensal variável.

A presente acumulação foi deferida por um período de 1 ano. Findo esse prazo, a mesma ficará sem efeito. Qualquer alteração dos elementos constantes e subjacentes à autorização concedida, implicam nova pedido e nova avaliação.

A Câmara tomou conhecimento.

3. –CULTURA, PATRIMÓNIO E CENTRO HISTÓRICO

3.1. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Travessa do Cego, 9, fração A, em Évora, propriedade de Felizardo Mira & Filhos, Lda. Processo 1.313.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação em anexo. O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 177.500,00€ (cento e setenta e sete mil e quinhentos euros).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

3.2. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua da República, 12, 14, fração A, em Évora, propriedade de Gaudêncio Manuel Martins e outra. Processo 1.2026.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação em anexo. O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 230.000,00€ (duzentos e trinta mil euros).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

3.3. Direito de preferência sobre o imóvel sito na Rua da Zanguela, 7, em Évora, propriedade de Maria Rosa Alcaide Costa Luís e outra. Processo 1.2155.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o não exercício do direito de preferência, nos termos do Decreto nº. 41/2003, de 19 de setembro, por inexistir interesse municipal e tendo em conta a informação sobre a avaliação em anexo. O imóvel encontra-se desocupado e irá ser vendido por 50.000,00€ (cinquenta mil euros).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

3.4. Comemorações do 25 de Abril | URAP | União de Resistentes Antifascistas Portugueses | Núcleo de Évora.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

A URAP (União de Resistentes Antifascistas Portugueses) solicitou a sala principal do Salão Central Eborense para dia 2 de maio, pelas 18.00h para apresentação do filme documentário "Aqueles que ficaram (em toda a parte todo o mundo tem)" de Marianela Valverde e Humberto Candeias. O filme documentário dá voz aqueles que enfrentaram, em silêncio, as consequências pessoais e sociais, marcantes do regime do Estado Novo em Portugal, através do testemunho pessoal de familiares de opositores políticos do regime. Na sessão de apresentação do filme pretendem ter presente uma das realizadoras do filme, Marianela Valverde, e mais dois elementos da equipa de realização do documentário.

Dentro do contexto das comemorações do 25 de abril que decorrem ainda no nosso município, e alegando a URAP que não possui capacidade financeira de assegurar os gastos inerentes à deslocação dos 3 elementos da equipa de realização do filme documentário, para o qual solicitam apoio ao município de Évora, propomos um apoio à associação no valor de 200,00€ para cobrir parte das despesas, assim como a cedência do salão Central.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

3.5. Empréstimo de Espaço | Arcadas do Palácio D. Manuel à Universidade de Évora, dia 11 de junho.

O senhor Presidente deu conhecimento da cedência, na sequência do pedido da Universidade de Évora, das Arcadas do PDM, no dia 11 de Junho, entre as 19h e as 22h, para serviço de jantar volante a 45 participantes de uma reunião de um projeto europeu, o espaço poderá ser utilizado pela Universidade, garantindo o cumprimento de algumas regras de utilização do espaço, nomeadamente, o cumprimento das indicações do vigilante, a limpeza do local após utilização, e, o termino da ação e abandono do espaço 15 minutos antes do encerramento do jardim.

A Câmara tomou conhecimento.

4. –EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

4.1. Programa Municipal Conhecer Mais | Cedência de Transporte aos Estabelecimentos de Educação e Ensino, no período de 8 a 27 de junho.

O senhor Vereador Alexandre Varela apresentou a seguinte proposta:

No âmbito do programa municipal Conhecer Mais, propõe-se a aprovação a cedência de transporte, para as seguintes atividades:

- Escola Básica Conde de Vilalva | Cedência de transporte para ir levar um grupo de alunos de 9.º ano e respetivos professores ao Aeroporto de Lisboa no dia 8 de junho de 2025 e ir buscar no dia 11 de junho de 2025, no âmbito da realização de uma visita de estudo a Paris - França, com um custo estimado de 1.058,04€.

Vai ser necessária a realização de trabalho extraordinário pelo motorista. De acordo com as normas do Programa Municipal Conhecer Mais, o trabalho extraordinário do motorista será assumido pela entidade requerente, conforme expresso no cap. III | Funcionamento, n.º 3, horário de funcionamento.

- Escola Básica de São Sebastião da Giesteira — Atividade pedagógica no Centro de Ciência Viva de Estremoz, no dia 17 de junho de 2025, com um custo estimado de 388,65€. Vai ser necessária a realização de trabalho extraordinário pelo motorista. De acordo com as normas do Programa Municipal Conhecer Mais, o trabalho extraordinário do motorista será assumido pela entidade requerente, conforme expresso no cap. III — Funcionamento, n.º 3 — Horário de funcionamento.

- Escola Básica Rossio de São Brás (turmas 3.º A e 3.º B) — Atividade pedagógica no Dino Parque da Lourinhã, no dia 23 de junho de 2025, com um custo estimado de 830,31€. Vai ser necessária a realização de trabalho extraordinário pelo motorista. De acordo com as normas do Programa



Municipal Conhecer Mais, o trabalho extraordinário do motorista será assumido pela entidade requerente, conforme expresso no cap. III — Funcionamento, n.º 3 — Horário de funcionamento.

- Escola Básica Rossio de São Brás (turmas 1.º A e 2.º A) — Atividade pedagógica no Monte Selvagem, em Lavre, no dia 25 de junho de 2025, com um custo estimado de 305,13€. Vai ser necessária a realização de trabalho extraordinário pelo motorista. De acordo com as normas do Programa Municipal Conhecer Mais, o trabalho extraordinário do motorista será assumido pela entidade requerente, conforme expresso no cap. III — Funcionamento, n.º 3 — Horário de funcionamento.

- Escola Básica de Nossa Senhora de Machede — Atividade pedagógica no Badoca Safari Park, em Vila Nova de Stº André, no dia 27 de junho de 2025, com um custo estimado de 776,88€. Vai ser necessária a realização de trabalho extraordinário pelo motorista. De acordo com as normas do Programa Municipal Conhecer Mais, o trabalho extraordinário do motorista será assumido pela entidade requerente, conforme expresso no cap. III — Funcionamento, n.º 3 — Horário de funcionamento.

A estimativa do custo destas iniciativas tem por base o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

O Programa Municipal Conhecer Mais está enquadrado nas competências da Câmara Municipal segundo a alínea u) do ponto 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

4.2. Cedência de Transporte ao Instituto de Apoio à Criança, dia 15 de abril.

O senhor Vereador Alexandre Varela apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do despacho do Sr. Presidente datado de 15/04/2025, nos termos e para os efeitos do artigo 35º, nº 3 do Anexo | da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Instituto de Apoio à Criança (Associação de Solidariedade Social, sem fins lucrativos) realizou um espaço de férias na cidade de Évora, de 14 a 16 de abril, com um grupo de 14 crianças e jovens, acompanhadas por 4 técnicos.

Solicitaram a colaboração do Município de Évora através da cedência de transporte para a deslocação (ida e volta) do referido grupo ao Kartódromo de Évora no dia 15 de abril.

A totalidade deste apoio teve um valor estimado de 69,81€ + iva (sessenta e nove euros e oitenta e um cêntimos, acrescidos de iva), tendo por base o artigo 92º da Tabelas de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora. O Instituto de Apoio à Criança foi isento do pagamento da taxa respetiva, ao abrigo do Artigo 7º, n.º 5, alínea d) do Regulamento de Tabela de Taxas e Outras Receitas do Município de Évora.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

5. –DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO.

5.1. Concurso para atribuição de espaços comerciais no Mercado Municipal.

Passa para a próxima reunião de Câmara, para densificar os critérios.

5.2. Assinatura do Termo de Aceitação da Operação FAMI2030 | FAMI | 01515900 - Acolher no Vagar | Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Évora.

O senhor Vereador Alexandre Varela apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se, para deliberação, a assinatura do Termo de Aceitação relativo a operação FAMI2030 FAMI | 01515900 - Acolher no Vagar | Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Évora.

Na sequência da aprovação da Candidatura FAMI2030 | FAMI | 01515900 - Acolher no Vagar | Plano Municipal para a Integração de Migrantes do Concelho de Évora, encontra-se no processo o respetivo Termo de Aceitação e Declaração de Compromisso a assegurar a Contrapartida Pública Nacional | Financiamento Público, no valor correspondente a 25% do custo total elegível aprovado para a operação. A presente operação foi apresentada no âmbito do aviso de abertura de Candidatura FAMI 2030 | 2024-14.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Vereador.

6. –GESTÃO URBANÍSTICA

6.1. Licenciamento de alteração de edificação – deliberação final/Rua de Santa Catarina, Escritórios 6 e 7 (Frações EV e EX), em Évora. Req.: João Manuel Pardal Silva Batista. Processo nº 1.892/EV.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento.

Propõe-se:

O envio do processo a Reunião de Câmara para deliberação de Decisão Final, relativo à alteração de duas frações, com alteração de uso para habitação.

Adverte-se que independentemente deste procedimento, o requerente deverá promover uma alteração à Propriedade horizontal, nos termos do Código Civil, para que o uso das frações passe a apresentar compatibilidade, com o uso que constará na Utilização, aquando conclusão do procedimento de licenciamento.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.2. Pedido de licenciamento de obras de alteração/Rua Barão José Rochinha, n.ºs 1 e 1 A, em Évora. Req.: Ramira António Pereira Caeiro. Processo nº 1.1128.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.3. Pedido de aprovação do projeto de arquitetura / Quinta dos Bastos, Estrada do Sr. dos Aflitos, em Évora. Req.: Semente Poderosa – Unipessoal, Ld.ª. Processo 1.11539.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento conforme parecer técnico a seguir discriminado:

Trata-se da apreciação de projeto de arquitetura (e respetivo plano de acessibilidades) referente a alterações com ampliação que se pretendem promover no Hotel Rural Quinta dos Bastos, sito na Quinta dos Bastos, artigo 40º da Secção M (parte) da freguesia do Bâcelo. Sobre o assunto em epígrafe cumpre-nos informar:

1- O projeto analisado contempla a promoção de alterações (maioritariamente internas) e a apropriação de uma ruína (segundo os registos aéreos apresentados e o seu método construtivo erigido em data anterior a 1969);



2- A proposta original (que motivou a emissão da A.U. nº321/2008) foi aprovada de acordo com a redação do PDME que precedeu a inclusão das disposições definidas pelo PROTA, na qual era definido um índice máximo de utilização do solo 0.03 (vide despacho da diretora de departamento de 02.06.2008. e deliberação camarária de 25.06.2008);

3- Segundo as disposições da redação atual apenas se admitem ampliações PARA Empreendimentos de Turismo no Espaço Rural, nas modalidades de Casa de Campo e Agroturismo e nos Empreendimentos de Turismo de Habitação, nos termos do Regime jurídico de instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos, não podendo ultrapassar os 50% da área de implantação preexistente legalmente construída a afetar ao empreendimento. Ou seja, salvo melhor, opinião, exclui-se a possibilidade de se poder ampliar ETI existentes;

4- No entanto e neste caso em particular a ampliação é realizada através da apropriação de uma ruína legal por antiguidade, e através da reafecção de áreas de construção licenciadas, como tal, enquadrável;

5- Interessa ainda reportar que o conjunto edificado incide sobre solos afetos à REN (designadamente a intervenção na face exterior da ruína (ao contrário do que é proposto na ex-garagem), dos muros dos pátios do edifício 3, e a duas zonas técnicas adjacentes ao edifício 4), e à RAN - assinala-se no entanto que a única zona edificada/intervencionada que interfere com solos agrícolas protegidos já está encontra licenciada e não resulta em alterações aos limites existentes/cobertos;

6- Razão qual foi encetada pelo requerente consulta à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (REN);

7- Dessa diligência resultou a emissão de parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (ver anexo);

8- Resta ainda informar que o aditamento em análise contempla a demolição integral da construção designada por "zona de eventos" (exigência anteriormente estabelecida pelos Serviços), e que temos a obstar à proposta arquitetónica apresentada no âmbito do presente requerimento;

9- Pelo exposto propomos o deferimento do projeto e aditamento ao projeto de arquitetura que configura uma ampliação de 136,19m² (1 264,43m²-1 128,24m²) totalizando uma capacidade de 15 unidades de alojamento, composta por 6 quartos duplos (um dos quais acessível), 5 suites e 4 apartamentos (28 utentes).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.4. Licenciamento de obras de alteração/legalização – deliberação final/Quinta da Albardeira, Art.º 253, secção M, em Évora. Req.: JP Strong Farm Unipessoal, Ld.ª. Processo 1.19039.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.5. Licenciamento de obras de alteração/legalização | deliberação final/Rua da Paz, n.º 51, Pátio do Moço, n.º 2, Canaviais. Req.: Jorge Gonçalves Mendes. Processo 1.19112.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento conforme parecer técnico a seguir discriminado:

Propõe-se submeter a reunião pública de câmara a deliberação final de deferimento do licenciamento de obras de alteração/legalização apresentado e a aceitação dos respetivos projetos de especialidades referentes à 1ª fase - habitação 1(Declaração pela Estabilidade; Águas e Esgotos e Ficha de Segurança Contra Incêndios), nos termos do artigo 23º do RJUE (Decreto-Lei n.º 555/99

de 16 de dezembro, na sua redação atual), ficando o respetivo recibo apto a emitir mediante apresentação de requerimento instruído com os elementos definidos no n.º 21 da secção III do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024 de 27 de fevereiro.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.6. Licenciamento de obras de ampliação | deliberação final/Rua das Alcaçarias, n.º 47 A, em Évora. Req.: Ciriaco Augusto José | Cabeça de Casal da Herança de. Processo 1.5295.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento condicionado conforme parecer técnico a seguir discriminado.

Encontram-se reunidas as condições para envio do processo a Reunião de Câmara para Deliberação Final conforme previsto no RJUE, mantendo-se as condições a cumprir em obra, definidas na deliberação de Câmara de 16.10.2024 (data de aprovação do projeto de arquitetura).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.7. Pedido de autorização para instalação de infraestruturas de suporte para estação de radiocomunicação/Herdade do Sobral, Art.º 2, secção J, São Bento do Mato, Azaruja. Req.: MEO | Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. Processo 1.5510.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento condicionado conforme parecer técnico a seguir discriminado:

Face à inevitabilidade de existência de infraestruturas desta natureza na zona rural do concelho sob a pena de existirem áreas remotas que não sejam servidas por rede, considerando cumulativamente que a implantação (da antena e PT de apoio) incide em espaços agrícolas e florestais indiferenciados sem quaisquer condicionantes, propomos o deferimento do pedido apresentado na condição da instalação em apreço poder ser partilhada por outras operadoras de telecomunicação mediante acordo mútuo.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.8. Pedido de aprovação do projeto de arquitetura/legalização/Rua Dr. Barahona, n.º 50 e Rua 21 de Maio, n.º 31, em S. Manços. Req.: Cabeça de Casal da Herança e Herdeira Maria Helena Pardal Júlio Cabeça. Processo 1.6082.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se o deferimento condicionado conforme parecer técnico a seguir discriminado:

1- Propomos, por nada mais termos a obstar a um projeto de arquitetura/legalização (que entre outras alterações clandestinas contempla a regularização urbanística de um piso superior que confronta com a Rua 21 de Maio, arruamento onde se verifica a existência de vários edifícios com 2 pisos(*)) com a execução de obra corretivas, o deferimento da pretensão apresentada (incluindo correspondente plano de acessibilidades) nas seguintes condições a cumprir em obra:

1.1- O acesso ao terraço do fogo com apenas um piso deverá ser suprimido;

1.2- O corredor de acesso ao quarto "0.13" da unidade habitacional com dois pisos deverá garantir uma largura mínima de 1.10m.

(*)

1.6223 - 2P com AU

1.5034 - 2P aprovados sem AU (procedimento não foi concluído)

1.12280 - 2P com AU

1.20004 - 2P legais por antiguidade

2- Para prossecução do procedimento de controlo prévio em apreço deverão ser submetidos, num prazo de 6 meses após a receção da notificação de aprovação de projeto de arquitetura, todos os projetos de especialidade elencados na Portaria 71-A/2024 de 27 de dezembro (ou respetivos pedidos de isenção de entrega devidamente justificados).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.9. Normas técnicas para a instrução em formato digital de pedidos relativos a operações urbanísticas | ePaper.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho datado de 16/04/2025 do Sr. Presidente de “Concordo”, lavrado sobre o parecer dos Serviços que a seguir se transcreve:

O Município de Évora vai implementar uma nova ferramenta de modernização administrativa destinada a desmaterializar os pedidos relacionados com operações urbanísticas. O "ePaper" complementa as aplicações de sistema de processos de obras e de gestão documental já existentes. Neste âmbito, torna-se necessário aprovar as normas técnicas (em anexo) para a instrução em formato digital de pedidos, pelo que se propõe a sua aprovação com posterior ratificação em RCM. No processo: Normas técnicas para a instrução em formato digital de pedidos relativos a operações urbanísticas.

Intervenções:

A senhora Vereadora Patrícia Raposinho manifestou preocupação em relação à proposta, sobre o melhoramento dos procedimentos de instrução dos processos urbanísticos. Destacou que, embora o regulamento permita a entrega presencial, por correio postal ou por correio eletrónico, esta última forma representa apenas a submissão de documentos por e-mail, sem existir uma plataforma digital integrada que permita a total digitalização, acompanhamento em tempo real e notificações automáticas aos requerentes. Referiu que esta solução não corresponde a uma modernização efetiva nem a uma melhoria da gestão urbanística, já que a digitalização total dos processos, com substituição do papel e transparência nas fases dos processos, continua ausente. Assim, a medida proposta não satisfaz as necessidades atuais de rastreabilidade e transparência exigidas.

A senhora Vereadora Lurdes Nico expressou dúvidas sobre o processo, salientando a importância da desburocratização, especialmente no âmbito urbanístico, onde essa necessidade se faz sentir com maior intensidade. Referiu que seria útil que os técnicos da Câmara, responsáveis pela área da comunicação, que participaram na elaboração da proposta, explicassem o funcionamento previsto, para melhor compreensão. Questionou, também, sobre o motivo pelo qual o assunto surge sob a forma de ratificação, qual a urgência que a justificaria, sugerindo que pudesse ser tratada como deliberação.

O senhor Presidente reconheceu a falta de informação mais detalhada e explicou que está a ser implementado um sistema de tramitação digital para os processos urbanísticos, com o objetivo final de eliminar o papel. Detalhou que a implementação decorre em três fases: a primeira, já concluída, consistiu na instalação de *hardware* e *software*, formação e sensibilização dos técnicos; a segunda, que agora se inicia, permite apenas a entrega e tramitação digital de documentos de forma parcial; a terceira fase, ainda por implementar, será a que permitirá a digitalização total dos processos, com acompanhamento eletrónico pelos interessados.

Justificou a urgência na aprovação destas normas pela necessidade de alinhamento com a formação já concedida aos trabalhadores e técnicos, e comprometeu-se a pedir aos responsáveis técnicos —

nomeadamente o chefe da Divisão de Informática e a chefe da Divisão de Gestão Urbanística — que realizem uma apresentação ou elaborem um documento explicativo sobre o sistema e o seu faseamento, garantindo assim maior transparência e esclarecimento aos senhores Vereadores. Reafirmou que o objetivo final é a digitalização total, com eliminação do papel e aceitação apenas de documentos digitais, podendo haver ainda alguma flexibilidade para casos excecionais.

Acrescentou que havia, de facto, alguma urgência na aprovação das normas, razão pela qual a proposta foi apresentada para ratificação. Explicou que acompanha de perto o processo, referindo que a primeira fase já está concluída e que a aquisição das fases seguintes, segunda e terceira, está devidamente em curso. Enfatizou, ainda, tratar-se de um investimento significativo, estimado entre 150 mil a 200 mil euros, para a implementação da plataforma digital.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

6.10. Divisão em propriedade horizontal/Travessa de Viana, n.ºs 3 e 3 A, em Évora. Req;- Jorge Manuel Teigão Faustino. Processo 1.6985.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a homologação do auto.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

7. –ORDENAMENTO E REABILITAÇÃO URBANA

7.1. Projetos de execução para Construção da Unidade de Extensão de Saúde de N.ª Sr.ª de Machede. Processo: 783/DORU.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se remeter para aprovação os Projetos de execução para Construção da Unidade de Extensão de Saúde de N.ª Sr.ª de Machede.

Propõe-se remeter para aprovação os Projetos de Execução da extensão do Centro de Saúde de N.ª Sr.ª de Machede, decorrentes do desenvolvimento do Estudo Prévio elaborado e apresentado para candidatura ao abrigo do Investimento RE - C01 - i01 – Cuidados de Saúde Primários.

Os mesmos foram elaborados, no seguimento do parecer técnico emitido pela ARS a 05-04-2024 relativamente ao “*Programa Funcional e Projeto Base de Arquitetura*”, que mereceu parecer favorável por parte daquela entidade.

A extensão do Centro de Saúde de N.ª Sr.ª de Machede implantar-se-á na zona central daquela aldeia, contíguo à Sede da Junta de Freguesia e próxima da Igreja e da Casa do Povo.

A Extensão de Saúde terá uma área coberta de 127,70m² e possuirá as funcionalidades elencadas pela ARS relativamente ao programa funcional, nomeadamente a zona de secretaria e atendimento, sala de espera, instalação sanitária de utentes, instalação sanitária de pessoal, circulação, gabinete médico, gabinete de enfermagem, arrecadação e área de lixos.

A Extensão de Saúde terá uma área exterior com 37m² com zona de estadia para utentes.

Sendo o bem-estar dos utentes fortemente condicionado pelos níveis de conforto ambiental, tais como, temperatura, qualidade do ar, luminosidade, cor e conforto acústico, é exigido no âmbito da candidatura o cumprimento das necessidades de energia primária pelo menos em 20% ao padrão NZEB o que foi cumprido nos projetos executados.

Foram executados os seguintes projetos de execução:

- Arquitetura;
- Estabilidade;
- Águas, esgotos e pluviais;

- Eletricidade e ITED;
- AVAC;
- Térmico e Certificação Energética;
- Acústico;
- Rede de Gás;
- Segurança contra risco de incêndios;
- Arquitetura Paisagista (JI e EB1);
- PSS;
- PPGRCD;
- Medições e Estimativa Orçamental.

Estima-se o custo da intervenção em 233.333,00€ (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

7.2. Projetos de execução para Construção da Unidade de Extensão de Saúde da N.ª Sr.ª da Graça do Divor. Processo: 785/DORU.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação dos Projetos de execução para construção da Unidade de Extensão da N.ª Sr.ª da Graça do Divor.

Os Projetos de Execução da extensão da N.ª Sr.ª da Graça do Divor decorrem do desenvolvimento do Estudo Prévio elaborado e apresentado para candidatura ao abrigo do Investimento RE - C01 - i01 – Cuidados de Saúde Primários.

Os mesmos foram elaborados, no seguimento do parecer técnico emitido pela ARS a 08-04-2024 relativamente ao “*Programa Funcional e Projeto Base de Arquitetura*”, que mereceu parecer favorável por parte daquela entidade.

A extensão do Centro de Saúde da N.ª Sr.ª da Graça do Divor implanta-se na zona residencial daquela aldeia, contígua à Sede da Junta de Freguesia, Zona Social (Centro de Dia e Jardim de Infância) e Zona Desportiva.

A Extensão de Saúde terá uma área coberta de 126,70m² e possuirá as funcionalidades elencadas pela ARS relativamente ao programa funcional, nomeadamente zona de secretaria e atendimento, sala de espera, instalação sanitária de utentes, instalação sanitária de pessoal, circulação, gabinete médico, gabinete de enfermagem, arrecadação e área de lixos.

O espaço exterior da extensão do Centro de Saúde da N.ª Sr.ª da Graça do Divor integrará as condições necessárias para garantir uma boa e confortável acessibilidade, não só ao nível da mobilidade pedonal, como também para o estacionamento de ambulâncias e de utentes previsto no espaço público contíguo.

O acesso far-se-á através de área pedonal prevista no loteamento municipal a este da extensão do centro de saúde, com ligação pedonal ao estacionamento da Sede da Junta de Freguesia.

Sendo o bem-estar dos utentes fortemente condicionado pelos níveis de conforto ambiental tais como temperatura, qualidade do ar, luminosidade, cor e conforto acústico, é exigido no âmbito da candidatura o cumprimento das necessidades de energia primária pelo menos em 20% ao padrão NZEB o que foi cumprido nos projetos executados.

Foram executados os seguintes projetos de execução:

- Arquitetura;
- Estabilidade;
- Águas, esgotos e pluviais;
- Eletricidade e ITED;
- AVAC;
- Térmico e Certificação Energética;

- Acústico;
- Rede de Gás;
- Segurança contra risco de incêndios;
- Arquitetura Paisagista (JI e EB1);
- PSS;
- PPGRCD;
- Medições e Estimativa Orçamental.

Estima-se o custo da intervenção em **237.609,93€** (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

7.3. Reabilitação do antigo lavadouro Municipal para Construção da Unidade de Extensão de Saúde de S. Sebastião da Giesteira. Processo: 554/DORU.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação dos projetos de Reabilitação do antigo lavadouro Municipal para Construção da Unidade de Extensão de S. Sebastião da Giesteira.

Os Projetos de Execução da extensão do Centro de Saúde de S. Sebastião da Giesteira decorrem do desenvolvimento do Estudo Prévio elaborado e apresentado para candidatura ao abrigo do Investimento RE - C01 - i01 – Cuidados de Saúde Primários.

Os mesmos foram elaborados, no seguimento do parecer técnico emitido pela ARS a 29-05-2024 relativamente ao “*Programa Funcional e Projeto Base de Arquitetura*”, que mereceu parecer favorável por parte daquela entidade.

A extensão do Centro de Saúde de S Sebastião da Giesteira será instalada no antigo Lavadouro Público, localizado na área central daquela aldeia contígua à Sede da Junta de Freguesia, Zona Social (Centro de Convívio, Centro de Dia, Escola de 1º Ciclo, Jardim de Infância.

O acesso far-se-á através de área pedonal e de estadia existente.

A Extensão de Saúde terá uma área coberta de 107,71m² e possuirá as funcionalidades elencadas pela ARS relativamente ao programa funcional, nomeadamente zona de secretaria e atendimento, sala de espera, instalação sanitária de utentes, instalação sanitária de pessoal, circulação, gabinete médico, gabinete de enfermagem, arrecadação e área de lixos.

O espaço exterior da extensão do Centro de Saúde irá integrar as condições necessárias para garantir uma boa e confortável acessibilidade, não só ao nível da mobilidade pedonal, como também para o estacionamento de ambulâncias e de utentes previsto no espaço público contíguo.

O acesso far-se-á através de área envolvente consolidada de estadia e de circulação que serve os equipamentos de serviços, culturais, educacionais e sociais localizados na proximidade.

Sendo o bem-estar dos utentes fortemente condicionado pelos níveis de conforto ambiental, tais como, temperatura, qualidade do ar, luminosidade, cor e conforto acústico, é exigido no âmbito da candidatura o cumprimento das necessidades de energia primária pelo menos em 20% ao padrão NZEB, o que foi cumprido nos projetos executados.

Foram executados os seguintes projetos de execução:

- Arquitetura;
- Estabilidade;
- Águas, esgotos e pluviais;
- Eletricidade e ITED;
- AVAC;
- Térmico e Certificação Energética;
- Acústico;
- Rede de Gás;
- Segurança contra risco de incêndios;

- Arquitetura Paisagista (JI e EB1);
- PSS;
- PPGRCD;
- Medições e Estimativa Orçamental.

Estima-se o custo da intervenção em **180.452,97€** (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

7.4. Projeto de Execução, ampliação e arranjos exteriores da Escola EB1JI da Horta das Figueiras. Processo: 108/DORU.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propõe-se a aprovação dos projetos de execução de Arquitetura, Arranjos exteriores e Especialidades da Escola EB1/JI da Horta das Figueiras, conforme as seguintes especificações.

Em reunião de Câmara de 19/10/2016 foi aprovado o Projeto de Licenciamento de ampliação da Escola EB1/JI, com vista à criação de oferta pública de ensino Pré-escolar público na zona sul da cidade, com 2 salas de atividades de JI (Jardim de Infância), uma cozinha e refeitório com capacidade para o aumento do número de alunos.

Decorridos 9 anos procedeu-se à atualização dos projetos criando-se uma nova sala polivalente, afeta ao Jardim de Infância e atualizaram-se as especialidades com vista ao cumprimento das novas normas legais, bem como se completou o processo com as novas especialidades atualmente exigíveis.

Propõe-se assim a aprovação dos projetos de arquitetura e de execução, nomeadamente:

- Arquitetura;
- Estabilidade;
- Águas, esgotos e pluviais;
- Eletricidade e ITED;
- AVAC;
- Térmico e Certificação Energética;
- Acústico;
- Rede de Gás;
- Segurança contra risco de incêndios;
- Arquitetura Paisagista (JI e EB1);
- PSS;
- PPGRCD;
- Medições e Estimativa Orçamental.

Estima-se o custo da intervenção em **1.513.854,26€** (acrescido de IVA à taxa legal em vigor).

Intervenções:

O senhor Presidente mencionou que iria realizar uma breve explicação sobre os pontos **7.1, 7.2 e 7.4** em simultâneo, pela semelhança dos assuntos, solicitando, seguidamente, a intervenção da equipa da DORU, constituída pelos Arquitetos Pedro Fogaça, Isabel Coelho e Inês Bastos.

De seguida, a equipa procedeu à apresentação detalhada dos três projetos em análise, a qual ficará em anexo à presente ata.

Após a mesma, os senhores Vereadores, das diferentes forças políticas, agradeceram e elogiaram a apresentação, colocaram questões e teceram comentários, que foram prontamente respondidos pela equipa da DORU, presente na reunião.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta do senhor Presidente.

8. –SOCIOCULTURAL

8.1. Cedência de transporte à Casa do Povo de N.ª Sr.ª de Machede, dia 18 de abril.

O senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:

Propôs a ratificação do seu despacho, datado de 15/04/2025, nos termos e para os efeitos do art.º 35º, nº 3 do Anexo I, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, que autorizou os apoios que a seguir se especificam:

A Casa do Povo de N.ª Sr.ª de Machede solicitou o apoio da CME, para deslocação a uma iniciativa da sua banda filarmónica nomeadamente:

18 de abril - Évora, Procissão Senhora dos Passos (124,70€).

Este apoio tem um custo estimado de 124,70€, ao que acresce autorização para a realização de trabalho extraordinário.

Trata-se de uma associação sem fins lucrativos de carácter cultural e recreativo e está inscrita na Plataforma do Associativismo do Município de Évora onde faz prova da elegibilidade para beneficiar de apoios públicos.

A atividade da banda filarmónica está inscrita nos estatutos da entidade, para a qual pedem este apoio.

Deliberação:

A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente.

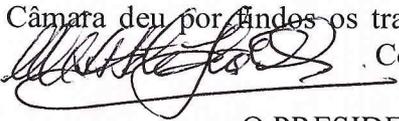
III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO E ESCLARECIMENTO AO PÚBLICO

Verificou-se que ninguém compareceu para este ponto da Ordem do Dia.

IV – APROVAÇÃO EM MINUTA: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta todas as deliberações da Ordem do Dia da presente ata, nos termos do n.º 3 do art.º 57º do Anexo I à Lei n.º 75 / 2013, de 12 de setembro.

V – PERÍODO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO

Verificou-se que ninguém compareceu para este ponto da Ordem do Dia.

Terminada a reunião pelas dezanove horas e cinquenta e cinco minutos, o senhor Presidente da Câmara deu por findos os trabalhos dos quais, para constar, se redigiu a presente ata que eu  , Coordenadora de Unidade de Administração Geral redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA


(Carlos Pinto de Sá)